

ANEXO 1
MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO LEILÃO

EDITAL 01/2018

LEILÃO ANAC

CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO
DOS AEROPORTOS INTEGRANTES
DOS BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 2018
B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
PREVALÊNCIA DO EDITAL	3
DEFINIÇÕES E ABREVIACÕES	3
DOCUMENTOS DO LEILÃO	3
DÚVIDAS SOBRE O MANUAL	4
CAPÍTULO 1 REPRESENTANTE CREDENCIADO.....	5
CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE A PARTICIPANTE CREDENCIADA E A PROPONENTE	5
CAPÍTULO 2 ENTREGA DOS VOLUMES	6
REPRESENTAÇÃO	6
FORMA DOS DOCUMENTOS	6
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	7
ANÁLISE DE VOLUMES	7
CAPÍTULO 3 GARANTIA DE PROPOSTA.....	8
MODALIDADES ACEITAS	8
REGRAS APLICÁVEIS A TODAS AS MODALIDADES	8
REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE APÓLICE DE SEGURO GARANTIA	10
REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA	10
REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE TÍTULO PÚBLICO FEDERAL	12
REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE DEPÓSITO CAUÇÃO	13
CAPÍTULO 4 SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO.....	14
OBJETO, LOCAL, DIA E HORA DO LEILÃO	14
PÚBLICO EM GERAL	14
PROPONENTES APTAS A PARTICIPAR DA SESSÃO	14
REPRESENTAÇÃO	14
DINÂMICA	14
DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	15
PROPOSTAS ECONÔMICAS escritas	15
VIVA VOZ	15
EMPATE	15
RESULTADO FINAL	15
RATIFICAÇÃO	15
REMUNERAÇÃO DA B3	17
ANEXO 01 CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE A PARTICIPANTE CREDENCIADA E A PROponente	18
ANEXO 02 VOLUMES DE DOCUMENTOS	21

INTRODUÇÃO

Este manual possui caráter informativo e é complementar ao Edital. Ele instrui sobre as etapas do Leilão da Concessão.

A B3 reportará à Comissão Especial de Licitação toda e qualquer questão decorrente de sua prestação de serviço.

As decisões finais do Leilão competem apenas e tão somente à Comissão Especial de Licitação responsável por conduzir os procedimentos relativos ao Leilão, conforme Edital.

A B3 não garante o cumprimento de nenhuma obrigação dos envolvidos no Leilão, Poder Concedente, ANAC, Comissão Especial de Licitação, assessores, Aeroportos, Proponentes, Adjudicatárias, Concessionárias, Empresas Aéreas, Operadores Aeroportuários, Usuários, FNAC, Infraero, CADE, BNDES, quais sejam, não estando obrigada a honrar os pagamentos devidos pelos envolvidos no Leilão, não atuando como coobrigada da parte inadimplente e não efetuando, assim, quaisquer pagamentos no lugar destas.

A B3 ressalta sua condição de assessora ao Leilão. Sendo assim, sua atuação se limita ao suporte técnico relativo aos procedimentos inerentes ao Leilão, tais como: análise de Edital; elaboração do Manual de Procedimentos do Leilão; fornecimento de recursos e espaços para sessões de entrega de Volumes e Sessão Pública do Leilão; fornecimento de recursos e espaços para guarda de documentação; suporte a esclarecimento de dúvidas a Proponentes quanto a procedimentos que envolvem a B3; assessoria no recebimento, análise, manutenção, devolução e execução de Garantia de Proposta; suporte à análise de documentação de habilitação jurídica, econômico-financeira, fiscal e trabalhista; publicação do *link* de acesso ao Edital e do Manual de Procedimentos do Leilão no *site* da B3.

Em contrapartida, não compete à B3 atuar em atividades fundamentais à realização do Leilão, nem assumir a frente ou tomar decisões indelegáveis da administração pública no Leilão, sendo estas atribuições prerrogativas exclusivas do Poder Concedente, tais como publicações de cunho oficial ou vinculante; acesso ao Edital; *data room*; Informações dos Aeroportos, outros manuais, notas técnicas, esclarecimentos ao Edital; alterações de Cronograma ou prazos; devolução de Garantia de Proposta na modalidade depósito caução; crédito, liquidez, exequibilidade e execuções de Garantia de Proposta; outras garantias; disponibilização de documentação para a consulta; saneamento de falhas ou promoção de diligências; participação ou habilitação de Proponentes; obrigações das Proponentes e Adjudicatárias, Contrato, depósito exclusivo e liquidação, liquidação fora do âmbito do Leilão, créditos; direito de *tag along* e de PARTICIPAÇÃO obrigações do Poder Concedente perante as Proponentes e Adjudicatárias; e outras etapas do Leilão não dispostas no Manual de Procedimentos do Leilão.

PREVALÊNCIA DO EDITAL

Caso exista conflito entre as disposições deste documento e as do Edital, prevalecerá o disposto no Edital.

DEFINIÇÕES E ABREVIações

As definições utilizadas neste manual são as mesmas aplicadas ao Edital. Qualquer novo termo que porventura tenha sido usado neste manual não substitui ou invalida os termos adotados pelo Edital, os quais sempre prevalecerão.

DOCUMENTOS DO LEILÃO

Os documentos relativos ao **Leilão** serão disponibilizados conforme descrito em Edital.

Este manual poderá ser obtido também no site da B3, em <http://www.B3.com.br/licitacoes/>.

DÚVIDAS SOBRE O MANUAL

Dúvidas sobre o descrito neste manual poderão ser esclarecidas através do *e-mail* leiloes@B3.com.br.

Estes esclarecimentos não se relacionam e não devem ser confundidos com impugnação, esclarecimento ou recurso ao Edital.

CAPÍTULO 1

REPRESENTANTE CREDENCIADO

A Proponente deve ser representada por Participante Credenciada em etapas junto à B3, conforme do Edital.

Sempre que houver necessidade, a B3 contatará a Participante Credenciada e esta, por sua vez, deverá comunicar-se com a Proponente.

Somente pode representar Proponente individual ou Consórcio uma corretora ou distribuidora autorizada a operar na B3. Essa autorização pode ser confirmada em lista divulgada no *site* da B3, em http://www.B3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/participantes/busca-de-participantes/.

Cada Proponente individual ou Consórcio somente pode ser representada por uma única Participante Credenciada e cada Participante Credenciada somente pode exercer representação de uma única Proponente individual ou Consórcio. Em caso de Consórcio, a Participante Credenciada exercerá a representação de todas as integrantes do Consórcio.

CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE A PARTICIPANTE CREDENCIADA E A PROPONENTE

Para formalizar esta intermediação, a Proponente deverá firmar contrato com uma Participante Credenciada.

As cláusulas mínimas do instrumento de vinculação jurídica entre a Proponente e a Participante Credenciada estão no Anexo 01 deste manual. O contrato poderá conter cláusulas adicionais que as partes julgarem convenientes, contanto que não eximam as partes de suas obrigações descritas no Edital e em seus Anexos.

O documento deve ser assinado pelos Representantes Credenciados e por representantes da Participante Credenciada, por duas testemunhas e possuir reconhecimento em cartório das firmas dos signatários.

Em caso de Consórcio, a líder deverá firmar o contrato com a Participante Credenciada, conforme outorga a ela fornecida pelas demais consorciadas no Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico descrito no item 4.6.2.4 do Edital.

Este documento deverá ser entregue à B3 como parte do 1º Volume da documentação. Devem acompanhar esse documento as comprovações dos poderes dos seus signatários, caso o cadastro da Participante Credenciada junto à B3 não esteja atualizado.

A verificação da situação atual do cadastro de Participante Credenciada na B3 pode ser verificada através dos processos descritos em http://www.B3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/participantes/clearing/processo-de-credenciamento/ e pelos e-mails leiloes@B3.com.br e cadastro@B3.com.br.

CAPÍTULO 2

ENTREGA DOS VOLUMES

Nos termos do Capítulo IV do Edital, as Proponentes deverão entregar na B3, na data e hora previstas no Cronograma, presencialmente, por representante das Participantes Credenciadas os Volumes de documentos.

REPRESENTAÇÃO

Os documentos deverão ser entregues por meio de representantes das Participantes Credenciadas da Proponente.

Na entrega dos Volumes deverá ser fornecida documentação para a comprovação dos poderes necessários de representação da Participante Credenciada, apenas caso o cadastro da Participante Credenciada junto à B3 não esteja atualizado.

Deverão ser respeitadas as atribuições de poder delimitadas aos membros para que o representante possa atuar em nome da Participante Credenciada no Leilão. O representante da Participante Credenciada poderá ser pessoa que já tenha poderes para atuar em processos do gênero, devendo se atentar para a necessidade de assinatura conjunta de duas ou mais pessoas. Ele poderá atuar de forma isolada, desde que definido em documentos societários ou procuração com poderes específicos para tal fim, e esta seja entregue na data.

Sob nenhuma hipótese será aberto qualquer dos Volumes da documentação no momento da entrega. Caso o sistema de cadastro da B3 não esteja atualizado e precise ser entregue documento de comprovação de poderes por parte da Participante Credenciada, tais documentos devem estar apartados dos Volumes lacrados.

Na entrega dos Volumes, a Participante Credenciada deverá assinar juntamente com a B3 o protocolo de recebimento em duas vias. A cada uma caberá uma via do documento.

FORMA DOS DOCUMENTOS

A documentação deverá ser elaborada em observância aos requisitos a seguir:

- Item 1.25 do Edital; Documentos em língua portuguesa.
- Item 5.3 do Edital; Documentos sem emendas, rasuras ou ressalvas.
- Item 4.1 do Edital; Em via original ou cópia autenticada, ou publicação em órgão de imprensa oficial, exceto a Garantia de Proposta nas modalidades de carta de fiança bancária ou depósito caução que deve estar em sua via original somente em uma via do 1º Volume.
- Itens 1.26 e 3.4 do Edital; Documentos estrangeiros devem ser autenticados por Repartições Consulares do Ministério das Relações Exteriores (“MRE”);
 - No âmbito dos Decreto 8.660/2016 e Decreto Legislativo 148/2015, os documentos provenientes de uma autoridade ou de um agente público vinculados a qualquer jurisdição do Estado, documentos administrativos, atos notariais e as declarações oficiais apostas em documentos de natureza privada poderão ter sua autenticidade substituída pela apresentação da apostila da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Apostille Convention de La Haye du 5 octobre 1961). Isso não se aplica aos documentos emitidos por agentes diplomáticos ou consulares e aos documentos administrativos diretamente relacionados a operações comerciais ou aduaneiras.
- Itens 1.26 e 3.4 do Edital; Documentos em língua estrangeira devem possuir tradução juramentada à língua portuguesa.

- Item 1.27 do Edital; Conforme os modelos constantes nos Anexos do Edital, se aplicável.
- Item 4.1 do Edital; Com todas as páginas rubricadas.
- Item 5.3 do Edital; Com todas as páginas com conteúdo numeradas sequencialmente, da primeira à última página de cada via individualmente, de forma que o número da última página reflita a quantidade total de páginas com conteúdo da via.
- Itens 5.4 e 1.32 do Edital; Também digitalizada, em meio eletrônico por *CD* ou *pendrive*, sem restrições de acesso ou proteção de conteúdo.
- Item 5.1 do Edital; Em 3 (três) vias idênticas, de forma que haja 3 (três) vias de cada 1º Volume, 3 (três) vias de cada 2º Volume e 3 (três) vias de cada 3º Volume.
- Itens 5.1 e 5.7 do Edital; Em 1 (um) 1º Volume e 1 (um) 3º Volume por Proponente; e 1 (um) 2º Volume para cada um dos Blocos de Aeroportos no qual a Proponente pretenda participar.
- Item 5.2 do Edital; Em Volumes lacrados.
- Item 5.6 do Edital; Com rubrica, data e hora de próprio punho do Representante Credenciado sobre o lacre do Volume.
- Itens 5.2 e 5.3 do Edital; Em Volumes com identificação no exterior, devidamente preenchida conforme modelos do item 5.2 do Edital e com subtítulos "1ª via", "2ª via" e "3ª via".

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos devem ser entregues em cada um dos Volumes conforme exigido pelo Edital, e resumido no Anexo 02 deste manual.

Cada Volume deve conter os documentos corretos, de maneira que não se misturem os documentos de Volumes diferentes, uma vez que serão abertos em momentos distintos ao longo do Leilão.

Devem ser observados os documentos comuns a todos os tipos de Proponentes, além daqueles específicos para cada tipo.

A Proponente deverá disponibilizar todo e qualquer documento que decorra de exigência societária diretamente relacionada a seus atos constitutivos, bem como aqueles que decorrem de lei e que são condição de validade dos atos da Pessoa Jurídica, como por exemplo, mas não se limitando, aos Termos de Posse, autorizações do Conselho de Administração, dentre outros. Da mesma maneira, a Proponente deverá cumprir com todas as obrigações contraídas oriundas de suas demonstrações contábeis, na forma da lei vigente.

ANÁLISE DE VOLUMES

A análise de documentos poderá ser realizada em conjunto pela Comissão Especial de Licitação e pela B3, mas a decisão final e a aptidão e manutenção de participação de Proponente no Leilão competem apenas e tão somente à Comissão Especial de Licitação.

Os prazos de análise de cada Volume e seus resultados serão divulgados pela Comissão Especial de Licitação em datas previstas no Cronograma.

Os documentos analisados pela B3 ficarão sob sua guarda para posterior arquivamento do projeto.

CAPÍTULO 3

GARANTIA DE PROPOSTA

MODALIDADES ACEITAS

A Garantia de Proposta pode ser aportada, conforme instruções a seguir, nas seguintes modalidades:

- Apólice de Seguro Garantia;
- Carta de Fiança Bancária;
- Título Público Federal; e/ou
- Depósito Caução (Caução em Dinheiro).

Conforme item 4.14.5 do Edital, se a Proponente estiver em Consórcio é admissível o aporte do montante total da Garantia de Proposta segregado entre as consorciadas, independente do percentual de suas participações no Consórcio, as quais poderão optar por uma das modalidades de garantia, sem prejuízo da escolha pelas demais consorciadas de modalidade diversa. Também é permitida a entrega de uma única Garantia de Proposta, correspondente ao valor integral da garantia, por uma única consorciada.

REGRAS APLICÁVEIS A TODAS AS MODALIDADES

DEPÓSITO ESPECÍFICO

As Proponentes devem realizar depósito de garantia específico para a participação no Leilão. Eventual garantia depositada junto à B3 para outras operações dessas Proponentes Credenciadas ou Proponentes não integra a Garantia de Proposta do Leilão.

MOEDA

A Garantia de Proposta deve ser emitida em moeda corrente nacional, Real.

OBJETO

Conforme definido pelo item 4.13 do Edital, cada Garantia de Proposta deve possuir objeto específico relacionado a somente um Bloco de Aeroportos.

VALOR

Conforme item 4.13 do Edital, a Proponente individual ou Consórcio deve aportar Garantia de Proposta, com os valores mínimos, conforme seu interesse em cada Bloco de Aeroportos:

DENOMINAÇÃO

Se a Proponente participar isoladamente, o instrumento de garantia deverá possuir como tomador/afiançado/titular/depositário a denominação social própria.

CONSÓRCIO

Se a Proponente participar em Consórcio, não será aceita Garantia de Proposta que utilize como tomador/afiançado/titular/depositário o nome de Consórcio, tendo em vista que os mesmos não possuem personalidade jurídica. Nesse caso, a Garantia de Proposta poderá ser entregue:

- Em somente um instrumento em razão social de uma consorciada; ou
- Em instrumentos distintos cada um em razão social de uma consorciada, de maneira que a soma desses atinja o valor mínimo.

Em todos os casos, a Garantia de Proposta deverá assegurar a responsabilidade do Consórcio, sendo vedado o instrumento que garanta apenas a participação de consorciada. O nome do

Consórcio, as razões sociais de todas as consorciadas e seus percentuais de participação devem constar na descrição da Apólice de Seguro Garantia, da Carta de Fiança Bancária e/ou ser comunicado em caso de Título Público Federal.

FUNDO DE INVESTIMENTO

Em caso de fundo de investimento, a Garantia de Proposta deverá estar em nome do administrador do fundo.

O nome do fundo de investimento deve constar na descrição da Apólice de Seguro Garantia, da Carta de Fiança Bancária e/ou ser comunicado em caso de Título Público Federal.

PRAZO

Conforme item 4.16 do Edital, a Garantia de Proposta deverá vigorar pelo prazo igual ou superior a 1 (um) ano, contados a partir da data de entrega dos Volumes, inclusive.

A Garantia de Proposta deve incluir as 24 (vinte e quatro) horas das datas de início e término do período de vigência. Recomenda-se o acréscimo de 1 (um) dia à data de início da vigência em caso de impossibilidade de observância desse requisito.

VALORAÇÃO E MANUTENÇÃO

Conforme item 4.16 do Edital, se necessário, a Proponente deverá prorrogar o período de vigência da Garantia de Proposta, preferencialmente 15 (quinze) dias antes de seu vencimento.

Conforme item 4.17 do Edital, a cada renovação, a Garantia de Proposta será reajustada pela variação positiva do IPCA no período compreendido entre a data de entrega dos Volumes e o mês imediatamente anterior à renovação da Garantia da Proposta.

A B3 poderá rever a valoração das Garantia de Proposta, caso julgue que quaisquer destas sofreram ou estão por sofrer deterioração no valor ou na qualidade. Neste caso, a B3 informará a Comissão Especial de Licitação, que estabelecerá um prazo para que a Proponente promova o reforço ou a substituição da Garantia de Proposta, nos termos do Edital.

SUBSTITUIÇÃO

Conforme item 4.19 do Edital, após a data e o horário limites para depósito da Garantia de Proposta, na data de entrega dos Volumes, essas somente poderão ser modificadas ou substituídas por outras garantias aceitas, conforme previsto no Edital e neste manual, mediante expressa e prévia anuência da Comissão Especial de Licitação ou no momento de sua renovação, e para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.

A B3 somente procederá à devolução das garantias substituídas após a efetivação do depósito das garantias substitutas.

A B3 somente efetuará qualquer movimentação de Garantia de Proposta depositada com ordem expressa e formal da Comissão Especial de Licitação.

DEVOLUÇÃO

As devoluções das garantias aportadas serão autorizadas pela ANAC conforme especificações do item 4.21 do Edital e do Cronograma.

A devolução da Garantia de Proposta ocorrerá por intermédio da Participante Credenciada da Proponente junto à B3, nas modalidades Apólice de Seguro Garantia, Carta de Fiança Bancária e Título Público Federal. Quando autorizada, a B3 entrará em contato com as Participantes Credenciadas para agendar a devolução das garantias aportadas.

EXECUÇÃO

Conforme item 4.18 e hipóteses aventadas no Edital, a Garantia de Proposta poderá ser executada pela ANAC, com apoio operacional da B3. Sempre que se verificar uma ou mais condições ali

previstas, a ANAC terá a prerrogativa de executar Garantia de Proposta, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no Edital.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE APÓLICE DE SEGURO GARANTIA

FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitas Apólices de Seguro Garantia que:

- A Seguradora seja devidamente constituída e autorizada a operar pela SUSEP;
- A apólice indique a Proponente como tomadora, observadas as regras específicas;
- A apólice indique a ANAC como beneficiária;
- Sejam respeitadas as diretrizes do Anexo 7 do Edital;
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a Proponente ou a Instituição Seguradora de suas responsabilidades;
- Estejam em conformidade com a Circular Susep 477, de 30 de setembro de 2013 e demais condições vigentes estipuladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- Os poderes dos signatários da Apólice de Seguro Garantia sejam passíveis de verificação no site da SUSEP; e
- As Apólices de Seguro Garantia com certificação digital sejam passíveis de verificação de sua autenticidade no site da SUSEP ou, se aplicável, da seguradora.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

Para a modalidade Apólice de Seguro Garantia segue-se as instruções:

- A Proponente solicitará a emissão de Apólice de Seguro Garantia à instituição seguradora de sua preferência, possivelmente previamente cadastrada na B3, observados os critérios estipulados neste manual e no Edital;
- A Participante Credenciada entregará à B3, no 1º Volume da documentação, a Apólice de Seguro Garantia, que deve obrigatoriamente ter certificação digital, admitidas as apólices com assinaturas à caneta com firmas reconhecidas ou eletrônicas; e
- A B3 assessorará a Comissão Especial de Licitação na verificação da regularidade da documentação.

CADASTRO DA EMISSORA

Para comprovação dos poderes dos signatários da Apólice de Seguro Garantia, será realizada consulta ao site da SUSEP.

Se necessário, os documentos da instituição necessários para tal comprovação poderão constar no 1º Volume.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitas Cartas de Fiança Bancária que:

- A Carta de Fiança Bancária indique a Proponente como afiançada, observadas as regras específicas;
- As obrigações da Carta de Fiança Bancária sejam perante a ANAC;

- A Instituição Fiadora seja banco comercial, de investimento e/ou múltiplo, autorizada a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
- A Instituição Fiadora observe as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
- A Instituição Fiadora seja instituição financeira classificada entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B” na escala de rating de longo prazo de, no mínimo, uma das agências de classificação de risco Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poors;
- A Instituição Fiadora possua o sistema EMVIA da Embratel para que a B3 verifique a autenticidade da Carta de Fiança Bancária;
- A Carta de Fiança Bancária seja entregue presencialmente em sua forma física original;
- A Carta de Fiança Bancária tenha as firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas;
- Os poderes dos signatários da Carta de Fiança Bancária sejam passíveis de verificação em documentos societários conforme cadastro da emissora na B3 ou documentos que poderão constar no 1º Volume; e
- A Carta de Fiança Bancária tenha assinatura de duas testemunhas;
- Sejam respeitadas as diretrizes do Anexo 8 do Edital; e
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a Proponente ou a Instituição Fiadora de suas responsabilidades.

Cartas de Fiança Bancária poderão ser objeto de mudanças ou adaptações, desde que previamente analisadas e aprovadas pela B3 e pela Comissão Especial de Licitação.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

Para a modalidade Carta de Fiança Bancária segue-se a rotina:

- A Proponente solicitará a emissão de Carta de Fiança Bancária à Instituição Fiadora de sua preferência, possivelmente previamente cadastrada na B3, observados os critérios estipulados neste manual e no Edital;
- A Participante Credenciada entregará Carta de Fiança Bancária no 1º Volume; e
- A B3 assessorará a Comissão Especial de Licitação na verificação da regularidade da documentação.

CADASTRO DA EMISSORA

Para comprovação dos poderes dos signatários da Carta de Fiança Bancária, as Proponentes deverão proceder conforme indicações a seguir.

As instituições que possuem cadastro atualizado na B3 não precisam enviar os documentos comprobatórios de representação. Na hipótese de a instituição emissora da Garantia de Proposta não estar cadastrada ou seu cadastro estar desatualizado, deverá enviar preferencialmente em até 10 (dez) dias úteis antes da data de entrega dos Volumes os seguintes documentos:

- Estatuto Social vigente;
- Atas de Eleição da diretoria vigente; e
- Procurações para validação, nas quais deverá constar explicitamente a autorização para assinatura/emissão de cartas de fiança.

Os documentos devem ser enviados em sua via original ou cópia autenticada para:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
GERÊNCIA DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
RUA XV DE NOVEMBRO, 275, PROTOCOLO GERAL
CENTRO, SÃO PAULO, SP, BRASIL
CEP 01013-001

Caso a instituição não possua seu cadastro atualizado na B3, ou não tenha o tenha feito ou atualizado no prazo anteriormente descrito, os documentos poderão constar no 1º Volume.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE TÍTULO PÚBLICO FEDERAL

TÍTULOS ACEITOS

- Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN);
- Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT);
- Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional - série C – NTN -C); ou
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional - série F – NTN-F).

FORMA DE TRANSFERÊNCIA E APORTE

O bloqueio escritural de Título Público Federal será feito mediante a seguinte rotina:

- As Proponentes detentoras de carteira própria de Títulos Públicos Federais deverão proceder ao seu aporte em garantia mediante a transferência desses títulos, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para a conta mantida pela B3 no sistema.
- A Proponente solicitará, à Instituição Financeira a que esteja vinculada sua posição de títulos no SELIC, que esta providencie a transferência junto ao sistema para a B3. Não necessariamente a instituição financeira que possui a posição de títulos é a Participante Credenciada contratada pela Proponente para representá-la no Leilão.
- As seguintes informações deverão ser enviadas pela Proponente para a B3:
 - Dados dos títulos que estão sendo transferidos;
 - Razão social e código da Instituição Financeira Corretora intermediadora, na qual a Proponente detém sua posição de títulos; e
 - Código de cliente e da conta da Proponente no Sistema de Garantias da B3 (NGA);
- Os títulos devem ser transferidos pela Instituição Financeira através de uma “operação sem financeiro”, denominada “1023”, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, à execução do comando de transferência.
- A Participante Credenciada enviará para a B3 as informações sobre os títulos que estão sendo transferidos. A B3 providenciará a correspondência do lançamento no SELIC e acompanhará a sua atualização para confirmar o depósito no Sistema de Garantias.
- Após esse procedimento, a B3 registrará a transferência no Sistema de Garantias da B3 (NGA). As corretoras que intermediaram a transferência dos títulos podem confirmá-la por meio do site <https://clearing3.bvmfnet.com.br/Garantias/>.
- A entrega da Garantia de Proposta será confirmada digitalmente através de sistema da B3.

Em virtude dos prazos de transferência do SELIC, somente serão aceitos como Garantia de Proposta, títulos disponíveis, sob a guarda da B3, naquele sistema, até o prazo limite da data de entrega dos Volumes descrita em Cronograma.

VALORAÇÃO

Os Títulos Públicos Federais transferidos para a conta de garantia da B3 serão valorados diariamente pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda e apurado pela B3.

Casos omissos serão tratados diretamente pela Comissão Especial de Licitação.

A B3 poderá informar a Comissão Especial de Licitação, a qualquer momento, a necessidade da recomposição de títulos com a intenção de manter inalterado o valor exigido pelo Edital, cabendo exclusivamente à Comissão Especial de Licitação decidir se determina ou não a respectiva recomposição.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE DEPÓSITO CAUÇÃO

A aceitação da comprovação do depósito será feita pela Comissão Especial de Licitação, não tendo a B3 qualquer responsabilidade por esse ato. A B3 também não se responsabilizará pela devolução da Garantia de Proposta que for depositada na forma de caução em dinheiro, devendo a Proponente contatar diretamente a Comissão Especial de Licitação para instruções.

FORMA DE ENTREGA

A Garantia de Proposta deve ser entregue através do comprovante de depósito em seu formato original no 1º Volume.

FORMA DE DEPÓSITO E APORTE

A Proponente que optar por entregar a Garantia de Proposta sob a forma de caução em dinheiro deverá seguir orientações do Edital para a operacionalização do depósito.

A Proponente não efetuará o aporte junto à B3. O aporte deverá ser efetuado em agência da Caixa Econômica Federal, conforme descrito no item 4.14.3 do Edital.

Em razão do prazo de compensação, somente serão aceitos como Garantia de Proposta, os recursos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação até o prazo limite da data de entrega dos Volumes descrita no Cronograma.

CAPÍTULO 4

SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO

OBJETO, LOCAL, DIA E HORA DO LEILÃO

As características do objeto do Leilão estão descritas no decorrer do Edital e em seus documentos relacionados.

A Sessão Pública do Leilão tem por objetivo a seleção de proposta com maior Valor de Contribuição Inicial, conforme item 5.12 do Edital, para o objeto do Leilão.

A Sessão Pública do Leilão terá início no horário e dia descrito em Cronograma na B3. Será permitido acesso ao local 1 (uma) hora antes.

O Diretor da Sessão poderá estabelecer intervalo durante a Sessão Pública do Leilão caso julgue adequado ao andamento dos trabalhos.

PÚBLICO EM GERAL

O acesso ao local da Sessão Pública do Leilão é livre para qualquer um que queira assisti-la, não sendo necessário cadastramento prévio, somente identificação na recepção. Será observado o limite da capacidade física de presentes do local para que seja mantida a segurança predial.

A sessão será transmitida publicamente ao vivo, no horário de seu início, no www.tvB3.com.br.

PROponentes APTAS A PARTICIPAR DA SESSÃO

O resultado da análise do 1º Volume será divulgado pela Comissão Especial de Licitação conforme Cronograma. As Proponentes que, nos termos do Edital e deste manual, atenderem a todos os requisitos, estarão aptas a participar da Sessão Pública do Leilão.

REPRESENTAÇÃO

Na Sessão Pública do Leilão, a intermediação entre a B3 e o representante da Proponente deve ser realizada pela Participante Credenciada.

Cada Participante Credenciada poderá indicar até o segundo dia útil anterior à Sessão Pública do Leilão, por e-mail à leiloes@b3.com.br, os membros da Proponente que estarão presentes na Sessão Pública do Leilão, especificando no máximo 5 (cinco) pessoas para a área restrita a investidores e demais na área pública. A B3 poderá limitar o acesso de pessoas à área restrita à investidores para garantir a isonomia da Sessão Pública do Leilão.

DINÂMICA

Os procedimentos da Sessão Pública do Leilão serão conduzidos pela B3 em suas dependências, em nome da Comissão Especial de Licitação e segundo os ditames do Edital

As decisões tomadas na Sessão Pública do Leilão competem tão somente à Comissão Especial de Licitação.

O Diretor da Sessão iniciará a Sessão Pública do Leilão oferecendo as informações necessárias para a condução e o bom entendimento da dinâmica.

A Sessão Pública do Leilão ocorrerá de forma simultânea para os Blocos de Aeroportos, conforme item 5.10 do Edital.

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

No recinto da Sessão Pública do Leilão, as propostas serão disponibilizadas em ordem decrescente de valores. Assim, a primeira colocada será a aquela que ofertar o maior Valor de Contribuição Inicial. Conforme item 4.23 do Edital, as propostas estarão e somente serão aceitas em Real (R\$) com 02 (duas) casas decimais.

PROPOSTAS ECONÔMICAS ESCRITAS

O Diretor da Sessão solicitará à Comissão Especial de Licitação o 2º Volume de cada Proponente apta.

O 2º Volume será considerado válido se atender às exigências estabelecidas na legislação aplicável e no Edital.

O Diretor da Sessão procederá à abertura dos Volumes 2. A cada Volume 2 aberto, o Diretor da Sessão lerá ao público a proposta da Proponente. Feita a leitura, essas informações serão inseridas no sistema da B3 e exibidas no recinto da Sessão Pública do Leilão.

VIVA VOZ

Para cada Bloco de Aeroporto em andamento, poderá ocorrer sessão de propostas a viva voz. Participarão da sessão de propostas a viva voz:

- As Proponentes entre as 03 (três) maiores propostas econômicas escritas; e
- As Proponentes cujas propostas econômicas escritas sejam iguais ou superiores a 90% do maior Valor de Contribuição Inicial do Bloco de Aeroportos.

Ofertas à viva voz devem, para o Bloco de Aeroportos, conforme item 5.20 do Edital:

- Superar a sua maior oferta até o momento;
- Ser distinta do valor de outra Proponente;
- Respeitar o intervalo mínimo entre ofertas, definido pelo Diretor da Sessão; e
- Respeitar o tempo máximo entre ofertas, definido pelo Diretor da Sessão.

Os operadores das Participantes Credenciadas deverão intermediar a transmissão dos lances à viva voz das Proponentes para o Diretor da Sessão.

EMPATE

Poderá haver resolução de empate conforme item 5.12.1 do Edital. Caso haja sorteio promovido pelo Diretor da Sessão, em nome da Comissão Especial de Licitação, a primeira Proponente sorteada será a melhor classificada.

RESULTADO FINAL

Obedecendo-se a todas as fases anteriores, as Proponentes melhores classificadas em cada Bloco de Aeroportos serão imediatamente declaradas pelo Diretor da Sessão, em nome da Comissão Especial de Licitação.

RATIFICAÇÃO

Conforme item 5.23 do Edital, caso ocorra sessão de propostas a viva voz, todas as Proponentes que realizaram propostas à viva voz deverão ratificá-las, perante a Comissão Especial de Licitação, mediante a assinatura de modelo do Anexo 10 do Edital.

Os Representantes Credenciados deverão estar presentes neste momento para a assinatura do referido documento e apresentar-se perante a Comissão Especial de Licitação.

REMUNERAÇÃO DA B3

A remuneração da B3 devida pelas Adjudicatárias é, para cada Bloco de Aeroportos:

- Bloco Nordeste: R\$ 1.099.806,05 (um milhão, noventa e nove mil, oitocentos e seis reais e cinco centavos);
- Bloco Centro-Oeste: R\$ 314.661,25 (trezentos e quatorze mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos); e
- Bloco Sudeste: R\$ 527.530,71 (quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e trinta reais e setenta e um centavos).

Após a homologação, conforme condições e prazos do item 6.2.1 do Edital, a B3 emitirá boleto de cobrança bancária contra a Participante Credenciada que representou a Proponente vencedora.

A B3 emitirá declaração confirmando o recebimento de sua remuneração e a enviará para a Comissão Especial de Licitação.

A assinatura do Contrato somente ocorrerá caso o pagamento seja identificado.

ANEXO 01

CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE A PARTICIPANTE CREDENCIADA E A PROPONENTE

[local], [dia] de [mês] de [ano].

À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

EDITAL 01/2018 - LEILÃO ANAC - CONCESSÃO PARA AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS AEROPORTOS INTEGRANTES DOS BLOCOS NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUDESTE

Na melhor forma de direito, as partes:

[preencher com a denominação social da participante], sociedade [corretora ou distribuidora] com sede na [preencher com a sede social da participante], inscrita no CNPJ/MF [preencher com o CNPJ da participante], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **Participante Credenciada**; e

[preencher com a denominação social da Proponente], com sede na [preencher com a sede social da Proponente], inscrita no CNPJ/MF [preencher com o CNPJ da Proponente], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada Proponente;

nos termos do Edital e do Manual de Procedimentos do Leilão em epígrafe;

RESOLVEM celebrar o presente contrato para intermediação por Participante Credenciada na participação da Proponente no Leilão, nos atos praticados sob assessoria da B3 à ANAC.

1. A Proponente e Participante Credenciada declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos documentos relativos ao Leilão, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste Contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:
 - Edital, Anexos e Manual de Procedimentos do Leilão;
 - Cronograma;
 - Documentos e alterações expedidas pela Comissão Especial de Licitação;
 - Toda e qualquer documentação que vier a ocorrer comunicada, divulgada ou publicada no âmbito do Leilão; e
 - Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3 relativas a Leilões em geral.
2. Se comprometem a entregar, a Proponente à Participante Credenciada, e a Participante Credenciada à Comissão Especial de Licitação, na B3, conforme documentos e Cronograma do Leilão:
 - Garantia de Proposta;
 - 1º, 2º e 3º Volumes;
 - Ofertas à viva voz; e
 - Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.
3. A Participante Credenciada cadastra seus operadores para atuarem na Sessão Pública do Leilão:

- Operador principal: *[Nome completo do operador]*, inscrito no CPF *[número do CPF do operador]*; e
 - Operador contingência: *[Nome completo do operador]*, inscrito no CPF *[número do CPF do operador]*.
- 3.1. A credencial do operador da Participante Credenciada deverá ser retirada por esse, 30 (trinta) minutos antes do início da Sessão Pública do Leilão, diretamente com Diretor da Sessão. Ao término da sessão, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foram retiradas.
4. A Participante Credenciada é obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do Edital e Manual de Procedimentos do Leilão.
 5. A taxa de corretagem da Participante Credenciada, para a realização da intermediação, objeto deste Contrato, é livremente pactuada entre as partes em *[preencher com as condições comerciais acordadas entre as partes]*.
 6. A Participante Credenciada não se responsabiliza pela não inclusão da Proponente na lista de habilitados para o Leilão, a ser comunicada diretamente pela Comissão Especial de Licitação.
 7. A Proponente reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou à execução, pela ANAC, Comissão Especial de Licitação e/ou B3, de ativos aceitos como Garantia de Proposta, de acordo com o Edital e no Manual de Procedimentos do Leilão.
 8. A execução de Garantia de Proposta será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela Proponente em virtude de sua participação no Leilão.
 9. A Proponente, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à Participante Credenciada, poderes especiais para representá-la perante a B3, as demais Proponentes, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes do Leilão que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste Contrato, do Edital e do Manual de Procedimentos do Leilão, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da Proponente, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização de Garantia de Proposta, nos termos do Edital e do Manual de Procedimentos do Leilão, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes auferidos à Participante Credenciada, independentemente da ordem de nomeação supra, para, por conta e ordem da Comissão Especial de Licitação e da ANAC, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do Edital e do Manual de Procedimentos do Leilão.
 10. O presente Contrato terá seu vigor encerrado com a realização de ambos os eventos:
 - retirada de Garantia de Proposta pela Participante Credenciada da B3 e devolução à Proponente; e
 - até que a B3 confirme o recebimento de sua remuneração.
 - 10.1. A rescisão deste Contrato pelas partes resguarda-o como válido e produz todos os seus efeitos sobre as obrigações pendentes até que sejam devidamente quitadas.
 11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente Contrato.
 12. O presente Contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.

13. A Participante Credenciada se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas à Proponente, apenas revelando-as à B3, à Comissão Especial de Licitação e à ANAC, na forma e para os fins deste Contrato.
14. A Proponente se compromete a manifestar expressamente à Participante Credenciada qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação no Leilão, junto à B3, à Comissão Especial de Licitação e à ANAC.
15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da Participante Credenciada, quando autora da ação, de ajuizá-la no domicílio da Proponente, se este for diverso do dela.
16. As dúvidas e controvérsias advindas deste Contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a Comissão Especial de Licitação, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em [preencher com a quantidade de vias negociadas entre as partes, considerando as necessárias na documentação do Leilão] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

Assinaturas dos Representantes Credenciados com firmas reconhecidas.

[Nomes dos Representantes Credenciados]
[Razão Social da Proponente]

Assinaturas dos representantes da Participante Credenciada com firmas reconhecidas.

[Nomes dos representantes da Participante Credenciada]
[Razão Social da Participante Credenciada]

Testemunhas:

Nome:
R.G.:

Nome:
R.G.:

ANEXO 02

VOLUMES DE DOCUMENTOS

VOLUME 1 - DECLARAÇÕES PRELIMINARES, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E GARANTIA DA PROPOSTA

TODAS AS PROPONENTES

- Item 1.6 do Edital
Carta de Apresentação de Garantia da Proposta, mediante modelo do Anexo 6.
- Sessão III do Edital
Garantia de Proposta, nas modalidades Apólice de Seguro Garantia, Carta de Fiança Bancária e/ou Depósito Caução (Caução em Dinheiro). A Garantia de Proposta na modalidade Título Público Federal é confirmada eletronicamente.
- Itens 4.4.1 e 4.4.2 do Edital
Declaração de Ciência dos Termos do Edital e Ausência de Impedimento de Participação no Leilão, mediante modelo do Anexo 14.
- Item 4.4.3 do Edital
Declaração de Inexistência de Processo Falimentar, Recuperação Judicial, Extrajudicial ou Regime de Insolvência, mediante modelo do Anexo 15.
- Item 4.4.4 do Edital
Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, mediante modelo do Anexo 18.
- Item 4.6.1 do Edital
Comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados, mediante:
 - Procuração, mediante modelo do Anexo 3, com firma reconhecida; e
 - Comprovação dos poderes de representação dos outorgantes.
- Item 4.11 do Edital
Contrato de intermediação entre a Participante Credenciada e a Proponente, mediante modelo do Anexo 01 do Anexo 1 (Manual de Procedimentos do Leilão) .

ESTRANGEIRA

- Itens 3.9, 4.6.1 e 4.6.3 do Edital
Comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados, mediante:
 - Procuração, outorgado a representante residente e domiciliado no Brasil, consularizada, com tradução juramentada e registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, mediante modelo do Anexo 5, com firma reconhecida; e
 - Comprovação dos poderes de representação dos outorgantes, conforme especificardes do item 4.6.3.2 do Edital.
- Item 3.5 do Edital
Declaração de Equivalência, mediante modelo do Anexo 22.
- Item 3.7 do Edital

- Se aplicável, Declaração de Inexistência de Documento Equivalente, mediante modelo do Anexo 23.
- Se aplicável e se o documento inexistente for da Subseção III da Seção V do Capítulo IV do Edital, Declaração de inexistência de débitos de natureza tributária e trabalhista exigíveis.

CONSÓRCIO

- Itens 4.6.1 e 4.6.2 do Edital

Comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados, mediante:

- Procuração, com indicação da Empresa Líder como responsável pelos atos praticados pelo Consórcio perante a ANAC, outorgada pela Empresa Líder, mediante modelo do Anexo 3, com firma reconhecida;
- Procurações, outorgadas pelas consorciadas à Empresa Líder, mediante modelo do Anexo 4, com firma reconhecida; e
- Comprovação dos poderes de representação dos outorgantes.

- Itens 3.13 e 4.6.2.4 do Edital

Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, subscrito pelos consorciados, indicando expressamente cada um dos Blocos de Aeroportos em relação aos quais forem apresentadas propostas econômicas, mediante modelo do Anexo 20.

VOLUME 2 – PROPOSTA ECONÔMICA

TODAS AS PROPONENTES

- Item 4.22 e seguintes do Edital

Proposta econômica específica para cada Bloco de Aeroportos a que pretenda concorrer, com Valor de Contribuição Inicial com, no máximo, 2 (duas) casas decimais, observado os valores mínimos, mediante modelo do Anexo 9.

- Item 4.28 e seguintes do Edital

- Carta Subscrita por Instituição Financeira, nacional ou estrangeira, autorizada a funcionar no Brasil pelo Banco Central do Brasil, declarando a viabilidade da proposta econômica, emitida no papel timbrado da instituição, mediante modelo do Anexo 11.

A instituição financeira não poderá ser Proponente, nem poderá ser Controladora, Controlada, Coligada ou entidade sob controle comum de Proponente. Tampouco poderá se encontrar submetida à liquidação, intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET ou regime equivalente.

- Comprovação do patrimônio líquido no exercício de 2017 da Instituição Financeira superior a R\$ 1.000.000.000 (um bilhão de reais), mediante as últimas demonstrações financeiras disponíveis, devidamente publicadas. É aceito o Patrimônio Líquido de instituição financeira Controladora da declarante autorizada a funcionar por órgão estrangeiro análogo ao Banco Central do Brasil. Em caso de patrimônio líquido em moeda estrangeira, ele será convertido em R\$ (reais) pela taxa de câmbio em vigor na data da declaração emitida pela instituição financeira.
- Termo de Confidencialidade entre a Proponente e a instituição financeira, mediante modelo do Anexo 12.
- Comprovação dos poderes de representação dos signatários.

VOLUME 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

TODAS AS PROPONENTES

- Item 4.31 do Edital
Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, mediante modelo do Anexo 13.
- Item 4.33.1 do Edital
 - Estatuto ou Contrato Social, registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro competente.
 - Comprovação dos administradores em exercício, registrado.
- Item 4.33.2 do Edital
Certidão atualizadas sobre o registro da empresa da Junta Comercial ou Cartório de Registro competente.
- Item 4.38 do Edital
Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da Comarca (Varas Cíveis), ou Certidão expedida pelo distribuidor judicial das Varas Cíveis em geral (Execução Patrimonial) da Comarca; da cidade da sede, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão.
- Item 4.41 do Edital
Declaração de Capacidade Financeira, mediante modelo do Anexo 17.
- Item 4.42.1 do Edital
Comprovação de inscrição no CNPJ/MF.
- Item 4.42.2 do Edital
Comprovação de regularidade perante o FGTS.
- Item 4.42.3 do Edital
Comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, que abranja os tributos administrados pela RFB, a Dívida Ativa da União administrada pela PGFN e as contribuições sociais.
- Item 4.42.4 do Edital
Comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, do domicílio, com data de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão, prevalecendo o prazo de validade nela atestado.
- Item 4.42.4 do Edital
Comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, referente aos tributos mobiliários, do domicílio, com data de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão, prevalecendo o prazo de validade nela atestado.
- Item 4.43 do Edital
Se aplicável e se alguma certidão apresentada seja positiva, e nela não esteja consignada a situação atualizada do processo, comprovação de quitação e/ou de certidões que tragam a situação atualizada da ação ou dos procedimentos administrativos adotados para a regularização fiscal, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão, prevalecendo o prazo de validade nela atestado.

- Item 4.44 do Edital
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
- Subseção IV do Edital
Habilitação técnica.

ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EPC)

- Item 4.34 do Edital
Comprovação de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente.
- Item 4.39 do Edital
Declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da SUSEP do Ministério da Fazenda ou PREVIC do Ministério da Previdência Social.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)

- Item 4.35 do Edital
 - Comprovação de registro na CVM.
 - Regulamento consolidado;
 - Comprovação de registro do regulamento no Registro de Títulos e Documentos competente;
 - Comprovação de registro do administrador na CVM;
 - Se aplicável, comprovação de registro do gestor na CVM; e
 - Comprovação de que se encontra devidamente autorizado a participar da licitação.
- Item 4.40 do Edital
 - Certidão negativa de falência da administradora, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição; da cidade da sede, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão; e
 - Se aplicável, Certidão negativa de falência da gestora, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição; da cidade da sede, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão Pública do Leilão.

ESTRANGEIRA

- Item 4.36 do Edital
 - Se aplicável, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir Comprovação de registro na CVM.
- Item 4.37 do Edital
 - Declaração Formal de Expressa Submissão à Legislação Brasileira e de Renúncia de Reclamação por via Diplomática, mediante modelo do Anexo 16.

CONSÓRCIO

- Item 4.41 do Edital
Declaração de Capacidade Financeira, de cada consorciado individual e proporcionalmente à sua participação no Consórcio, mediante modelo do Anexo 17.